

Política e violência no pensamento de Kenneth Waltz

Paulo Bittencourt (DCP/USP)

Bolsista CAPES-PROEX, processo n° 88887.602221/2021-00

Trabalho preparado para apresentação no XI Seminário Discente da Pós- Graduação em
Ciência Política da USP, de 20 a 24 de setembro de 2021

SÃO PAULO
2021

RESUMO: Recentemente, estudos sobre as teorias de Relações Internacionais lançaram luz sobre um aspecto mais profundo da perspectiva teórica de Kenneth Waltz: sua ideia de teoria. Surpreende que um autor cuja principal obra se chame *Teoria* da Política Internacional tenha apenas recebido atenção a sua concepção de teoria recentemente, contudo, os estudos contemporâneos à obra focaram-se na sua definição de sistema internacional. A percepção de teoria de Waltz fundamenta toda sua construção sobre a forma de apreender a política internacional. Há, entretanto, um aspecto tão importante quanto abordar a concepção de teoria do cientista político: sua ideia de política. É esta temática que pretendo abordar. Em linhas gerais, o que é a política internacional para Waltz? Nossa hipótese preliminar é a de que a política se compõe, ao menos parcialmente, de um elemento de violência. Uma vez que há uma relação entre violência e política, como é que Waltz concebe a manifestação da violência? E, mais importante do que isso, qual relação as ideias de política e violência estabelecem com a) sua formulação de sistema internacional (um dos tópicos mais visitados, comentados e criticados do pensamento Waltziano), e b) sua concepção de teoria (um tópico menos trabalhado, mas talvez o mais importante de toda sua obra, já que a fundamenta)? Para refletir sobre este ponto, lançamos mão de uma leitura sistemática da obra de Waltz, compreendendo sua construção teórica como coesa, havendo apenas passado pela fundamental lapidação da ideia de “teoria”. O resultado esperado remeterá à ideia de que a política apresenta, inevitavelmente, um elemento de violência, e que justamente devido aos princípios ordenadores de sistemas hierárquicos e anárquicos, sua manifestação difere doméstica e internacionalmente.

1 Introdução

Em 1979, o lançamento de *Theory of International Politics* de Kenneth Waltz, foi um importante marco teórico nas Relações Internacionais. Recebido de diferentes maneiras por diferentes teóricos, criticado por diferentes ângulos e dando diferentes pontos de partida a construções teóricas posteriores, a teoria lançada no livro em questão não só não passou despercebida, como é debatida até hoje, tanto por leituras ortodoxas como heterodoxas, fazendo com que o debate posterior ao lançamento de tal livro não fosse senão uma “nota de rodapé” para debates posteriores (DUNNE, HANSEN, WIGHT, 2013).

Entretanto, o pensamento teórico que dá origem ao *Theory* não se inicia em 1979. A bem da verdade, não há autor que faça tal afirmação, embora seja verdade também que muitas das leituras de teorias de relações internacionais focam-se tão-somente nesta obra. E isso não é fortuito: é na *Theory* que se encontra de forma mais refinada a concepção de teoria de Waltz e é nesta obra também que, a partir desta concepção de teoria, que Waltz organiza os elementos analíticos que julga importantes, de acordo com sua, digamos, bússola teórica. Contudo, estes elementos analíticos estão presentes na obra de Waltz desde, pelo menos, outro texto seminal seu, *Man, the state,*

and war, de 1959. Este texto contém alguns dos conceitos que seriam refinados na *Theory* vinte anos depois (GRIFFITHS, 2001), passando por um processo que denominei anteriormente de “salto metodológico” (BITTENCOURT, 2018); isto é, o léxico de que Waltz se vale entre as duas obras muda pouco em termos de conteúdo, mas sua concepção de teoria se refina entre estas duas obras - o que corresponde ao período curto que o autor esteve na London School of Economics, tendo a oportunidade de estudar mais profundamente aspectos de filosofia da ciência, um campo fundamental para seu desenvolvimento teórico.

Causa surpresa, entretanto, que suas perspectivas teóricas somente tenham ganhado relevância mais recentemente. Ole Waeber (2009) aponta que isso se deve em grande medida a uma perspectiva científica neopositivista, presente na academia estadunidense, que toma como dada a teoria de Waltz em termos de sua falseabilidade e formulação de hipóteses. Jackson (2011) faz implicitamente o mesmo apontamento ao apontar a teoria de Waltz como pertencente a uma tradição filosófica diferente da neopositivista, uma vez que concebe que não pode haver um dualismo entre o observador e os fenômenos observados e que a teoria é uma organização da experiência sensível de maneira a lidar com tal experiência (JACKSON, 2011; WALTZ, 1979).

Estas premissas filosóficas são de fundamental importância para a compreensão do pensamento de Waltz, e já tive a oportunidade de abordá-las anteriormente (BITTENCOURT, 2018). Contudo, o argumento lançado por Waeber (2009) me guia para outro ponto de exploração igualmente importante. Se, por um lado, é o fato de haver pouco (se algum) escrutínio sobre a perspectiva de teoria de um autor cuja principal obra se chama *Teoria* da política internacional, por outro lado me chama atenção o pouco escrutínio acerca dos conceitos de que a obra se vale para analisar o internacional, e como estes conceitos se relacionam com o aparato que já fora desenvolvido pelo autor em textos anteriores. Por isso, meu foco neste trabalho é compreender - ainda que parcialmente - do que se trata a *política* para o autor da Teoria de *política* internacional.

Partindo de leituras anteriores da obra do autor, a hipótese que avento ao longo deste texto é a de que há, na concepção de política de Waltz, um componente de violência sempre presente, seja na manifestação dessa violência, seja nas formas de se evitar sua manifestação. Mas é parte desta hipótese, também, que política *não é* o

mesmo que violência: ou seja, ainda que a política apresente um componente de violência, ela não pode ser identificada com o fenômeno da violência. Tentarei explicar isso posteriormente. O importante, a princípio, é que se a política apresenta um componente de violência tanto no que diz respeito a sua manifestação quanto no que diz respeito a evitar tal manifestação, compreendemos o porquê de a violência doméstica e internacionalmente se manifestar diferentemente, de modo que captamos a diferença entre política doméstica e política internacional, presente em Waltz desde a publicação de seu *Man, the state, and war* - e mantida posteriormente.

Tentarei abordar esta hipótese buscando fazer uma leitura sistemática da obra de Waltz, tomando-a como coesa (apenas com o refinamento teórico presente entre *Man, the state, and war* e *Theory of International Politics* - o “salto metodológico” mencionado anteriormente). Este ponto de partida não é isento de críticas, certamente. A mais óbvia - e talvez potente - delas é a de que, tomando a obra de Waltz como coesa eu não me atente a aspectos importantes da história do desenvolvimento do campo de Relações Internacionais, nem como aspectos intrinsecamente políticos, como, por exemplo, o uso político das obras em questão, através de uma sequência de lances que envolvem o uso da *langue* comum ao campo das Relações Internacionais (uma crítica derivada da perspectiva de estudos proposta por Pocock (2003), por exemplo). Entretanto, meu argumento é o de que, sem um escrutínio daquilo que Waltz compreende por política, por exemplo, não nos é possível entender as implicações de seus lances numa chave da política das ideias. Por isso, busco abordar o objeto numa interpretação livre da diferenciação apresentada por Lakatos (1989) entre a história interna e a história externa dos programas de pesquisa científicos.

Para Lakatos (1989), a história externa de um programa de pesquisa científico é a sua história em sua acepção mais comum: ela trata das condições sociais que permitem o avanço científico e dos erros e acertos entre diferentes pesquisadores para que se chegue a algum acúmulo de conhecimento sobre determinado objeto. A história interna, por outro lado, é a história da reconstrução racional de um programa de pesquisa, dando conta apenas dos acúmulos existentes. Na interpretação trazida a este texto, ela dá conta das permanências existentes entre diferentes obras do mesmo autor (e não de um “programa de pesquisa”), buscando apresentar como determinados aspectos estão dão conteúdo a determinados conceitos - como é o caso da violência, que fornece

parcialmente o conteúdo da política para o nosso autor. O uso da divisão proposta por Lakatos, portanto, é pontual e não compromete nossa perspectiva à do autor húngaro, o que poderia acarretar em algumas dificuldades - como, por exemplo, a do uso da metodologia de programas de pesquisa científicos nas ciências humanas.

Assim, pois, pretendo explorar a obra de Waltz em três momentos de inflexão: a primeira é composta por *Man, the state, and war*. A segunda, é composta por textos no período entre 1960 e 1979, período em que se dá o desenvolvimento de uma concepção de teoria em Waltz. Contudo, para os propósitos deste trabalho interessa menos a concepção de teoria de Waltz do que sua compreensão do que seja política e violência. O terceiro ponto de inflexão é a publicação de sua *Theory*, e também de sua argumentação - a partir da teoria proposta - da propagação de armas nucleares em *The spread of nuclear weapons* (WALTZ, 1981). Estes textos me fornecerão uma imagem clara da violência e sua manifestação no âmbito da política internacional. Os dois primeiros períodos correspondem à primeira seção deste texto; já o terceiro período corresponde à segunda seção. Estes três períodos darão notícia sobre a diferenciação entre política doméstica e internacional e me ofertarão importantes pistas acerca da relação entre política e violência em Waltz, pistas estas que me ajudarão a responder à pergunta que dá origem a este trabalho, ou seja, o que se pode compreender por *política* no pensamento de Waltz, e qual a sua relação com a violência?

Sigo posteriormente às considerações finais deste texto, que se trata de uma primeira tentativa de abordar as concepções de violência e política em Waltz. Deliberadamente, deixo de lado os textos posteriores à obra de 1979 por conta tanto da disponibilidade de espaço para a elaboração deste texto, como também do tempo necessário para a elaboração de argumentos mais decantados e refletidos.

2 Aspectos preliminares do pensamento de Waltz: *Man, the state, and War*

“O homem, o Estado e a Guerra”, título do livro publicado a partir da tese de doutorado de Waltz envolve centralmente a questão da violência na política internacional. Ao se perguntar sobre as causas da guerra, e admitindo que “perguntar-se sobre quem ganhou uma guerra é como perguntar-se sobre quem ganhou um terremoto”, o autor aponta que este fenômeno se deve a dois conjuntos de causas: a permissiva e as eficientes (WALTZ, 2001). Enquanto aspectos idiossincráticos de governantes e líderes

políticos, bem como aspectos da dimensão institucional do Estado possam ser causas imediatas do início de conflitos, a situação que os dispõe a tal predisposição conflitiva é a coexistência de diferentes Estados no sistema internacional, argumento derivado da filosofia política de Rousseau, que, por sua vez, aponta para o “Estado de guerra nascido do Estado social” (WALTZ, 2001; ROUSSEAU, 2003).

Esta causa imediata é a situação de anarquia do sistema de Estados, isto é, não há, nessa situação anárquica, “harmonia automática” entre as diferentes entidades que compõem esta esfera (WALTZ, 2001). Isso se dá porque, num ambiente de anarquia, não há um órgão que faça cumprir e valer decisões: os Estados atuam em causa própria (WALTZ, 2001; 1959). Essa situação de agir como juízes em causa própria é o que dificulta, por exemplo, que medidas de diminuição de armamento sejam levadas a cabo (WALTZ, 1959). A ideia de que os Estados devem depender tão-somente da eficiência relativa de suas próprias capacidades (isto é, seu “poder”) já se encontra presente, explicitamente, neste momento do pensamento de Waltz, e estará presente, novamente, em 1979, como veremos adiante.

Entretanto, a anarquia do sistema de Estados não teria consequências tão funestas para o sistema internacional - como a inevitabilidade da ocorrência de guerras - se não fosse uma característica intrínseca aos Estados: o desejo de sobrevivência (WALTZ, 2001). Sobrevivência, entre os Estados, refere-se à manutenção de sua independência política. É na relação entre sobrevivência e anarquia que a referência à filosofia política de Rousseau se faz mais direta, e é neste aspecto que temos a capacidade de começar a investigar a relação entre violência e política para Waltz. A busca por sobrevivência é intrínseca ao Estado.

Dado que os Estados buscam garantir sua sobrevivência, que eles somente podem contar com suas próprias capacidades para isso (uma vez que os demais Estados estão ocupados buscando garantir sua própria sobrevivência), e que não há um sistema a que se possa recorrer para resolverem-se querelas entre os Estados senão negociações entre as próprias partes envolvidas (e que, por sua vez, podem levar à violência), a existência de um Estado social, nos termos de Rousseau, dá origem a um Estado de guerra (ROUSSEAU, 2003). Ainda que domesticamente os Estados possam vir a se inclinar para uma vontade geral, internacionalmente nem sempre os interesses dos Estados convergem; isto é, internacionalmente, a vontade geral expressa em cada

Estado tende a se comportar como uma vontade individual (WALTZ, 2001; ROUSSEAU, 2003). Ainda que um Estado deseje apenas sobreviver, Waltz argumenta que não se pode ter certeza sobre quais são as ambições dos demais Estados (WALTZ, 2001); Rousseau (2003) nos diz, por sua vez, que o Estado deve se comparar para se conhecer. Isso quer dizer que as decisões tomadas na política internacional por um Estado deve levar em conta as decisões, simultâneas ou não, que os demais Estados tomam: o internacional é um ambiente interativo *par excellence*. Daí que, como afirma Waltz, “o conflito está fadado a ocorrer”, porque essas decisões de forma alguma excluem a possibilidade de se recorrer ao uso da força (WALTZ, 2001, p. 205). Por isso, nessas negociações, o exercício da violência deve ser considerado como uma ameaça constate.

Do que já foi dito, temos que, para Waltz, os Estados são ameaças uns aos outros. Esta é a premissa de que Waltz parte em todo seu pensamento, como também veremos adiante. Por enquanto, interessa-nos no pensamento de Waltz neste primeiro período que a ausência de um sistema de *enforcement* de decisões internacionais faz com que os Estados devam agir em causa própria, o os estimula a buscar eficiência nas suas capacidades de manter sua sobrevivência, uma vez que esta é uma característica intrínseca ao Estado. Dado que Estados são potenciais ameaças uns aos outros, suas decisões em política internacional se guiam sempre pelas decisões dos demais, e as situações conflituosas que envolvem os Estados não eximem a possibilidade de recurso à violência - daí a necessidade de os Estados estarem sempre preparados para tal possibilidade. É nesse sentido que as capacidades de um Estado em manter sua sobrevivência pode ser concebida como seu “poder” que, como define Waltz (2001), tem um sentido hobbesiano, aquilo que pode ser utilizado para se atingir qualquer bem futuro (HOBBS, 2008) - nos termos de Waltz, aquilo que pode ser utilizado para garantir a sobrevivência do Estado. Em termos de resposta a nossa pergunta proposta, há desde já uma confirmação da hipótese anteriormente proposta: não há uma identidade entre violência e política, mas a política apresenta uma dimensão potencialmente violenta.

É nesse mesmo sentido que parece caminhar a produção teórica de Waltz entre o lançamento de *Man, the State, and War* e seu seminal *Theory of International Politics*. Em termos metateóricos, propus anteriormente (BITTENCOURT, 2018) que o período

conta com um refinamento da concepção de teoria de Waltz e, embora sua definição da maioria dos conceitos não mude, existe uma reorganização destes de modo se enquadrarem nessa perspectiva científico-filosófica, isto é, o que é uma teoria e como ela se posiciona diante da realidade. Neste período, Waltz parece ganhar cada vez mais consciência dessa sua perspectiva teórica, e cada vez mais segurança de propô-la (segurança esta que vemos em Halliday; Rosenberg, 1998, e em Waltz, 1997).

Em termos de política e violência, contudo, o período também nos parece importante. Pode parecer irônico que seja numa análise da filosofia política de Kant que Waltz nos dê pistas mais concretas sobre o que considera ser a política e como ela se relaciona com o problema da violência. Ao comentar a obra de Kant, Waltz nos diz que o autor prussiano detinha uma visão da “política como luta, uma ideia de um equilíbrio atingido não como uma harmonia simples e automática, mas como algo perigosamente atingido a partir do conflito” (WALTZ, 1962, p. 339, tradução livre). Para Waltz, as implicações da terceira imagem das causas das guerras (a anarquia do sistema de Estados), está presente nas preocupações kantianas, “exércitos são perigosos, sendo corridas armamentistas uma causa de guerra, mas na ausência de uma agência externa que forneça proteção, cada Estado deve buscar a eficiência de seu próprio exército” (WALTZ, 1962, p. 334). A preocupação de Kant acerca da força do Estado - que o leva a propor uma forma de governo forte o suficiente para garantir a liberdade dos cidadãos, mas que ao mesmo tempo não seja ameaçado por ela - se dá tanto acerca de seus aspectos internos como externos, ou, nas palavras do próprio autor, “a preocupação de Kant tanto com a força como com a segurança do Estado é parte de sua percepção das necessidades da política de poder. Entre Estados no mundo, bem como entre indivíduos no estado de natureza, há constantemente ou violência ou ameaça de violência” (WALTZ, 1962, p. 334).

Até o momento, há uma definição de política explorada por Waltz - a de política como luta -, mesmo que não haja elementos para afirmar que Waltz endosse tal visão. Entretanto, é possível argumentar que o autor concebia a política como luta e como um equilíbrio perigosamente conquistado por meio de conflitos ao se compreender que um ponto central de seu pensamento passa pela balança de poder, um elemento já existente em seu *Man, the state, and war* e ponto central de sua *Theory* anos mais tarde. Contudo,

não seria necessário esperar até 1979 para que uma proposição de balança de poder seja proposta pelo autor.

Já em 1964, Waltz se propõe a analisar a *estabilidade de um mundo bipolar*, título de um artigo seu. O balanceamento de poder enquanto uma realidade da política internacional (WALTZ, 2001) pode ser avaliado por meio de sua estabilidade, significando esta a “pacificidade com que ajustes são realizados dentro do sistema, e a durabilidade deste sistema” (WALTZ, 1964, p. 881). Se a estabilidade, medida em termos de pacificidade - redução da recorrência à violência -, é dada em função do número de polos existentes no sistema, o que temos é que a política não pode ser identificada com a violência, porque reduzindo-se a violência teríamos uma diminuição dos aspectos políticos do sistema, o que não é verdade. Se a política internacional pode apresentar diferentes configurações polares, há algo de político em um sistema no qual a violência se reduz, como no caso afirmado pelo autor da configuração bipolar da Guerra Fria. Contudo, mesmo em um mundo em que a recorrência à violência diminuiu, essa recorrência não deixou de existir. E provavelmente isso se deve a uma característica que é intrínseca a este sistema - como seria melhor definido por Waltz em 1979. Entretanto, em 1971 o autor já nos fornece pistas sobre o potencial violento da política.

Em seu *Conflict in World Politics*, Waltz afirma que, “a depender da perspectiva e da definição, é possível ver conflito em absolutamente todo lugar, ou em quase nenhum lugar” (WALTZ, 2008a, p. 19). Nesse sentido, Waltz vê o conflito como inerente à relação entre Estados, o que pode levar à violência ou não. Nesse sentido, quanto mais pontos de contato entre os diferentes atores, mais conflitos haverá, porque o conflito não está em tal ou qual ator, mas neles e na relação entre eles simultaneamente: “devemos tomar a visão da unidade e a visão da organização simultaneamente e pergunta quais efeitos diferentes condições organizacionais podem ter nos processos de conflito e nos prospectos de sua resolução” (WALTZ, 2008a, p. 20).

Se tomarmos a definição de política como luta, em que equilíbrios são perigosamente atingidos por meio do conflito, temos que a política internacional é a busca pelo estabelecimento destes equilíbrios à medida que as relações entre os Estados se intensificam. Por isso um sistema de configuração bipolar tende a ser mais estável (sendo estabilidade definida em termos de *pacificidade*): as relações entre os dois polos

permanecem, mas são diminuídas, diferentemente de um sistema de configuração multipolar. E isso, por sua vez, guarda grande relação com a temática da interdependência entre os Estados, a qual Waltz crê diminuta num sistema de configuração bipolar (WALTZ, 2008b, p. 153). Ora, a definição que Waltz propõe de interdependência refere-se a uma situação em que duas unidades dependem uma da outra em igual intensidade, e estas unidades são polos do sistema internacional (WALTZ, 2008b). Em termos de política internacional, a interdependência refere-se à formação de alianças entre os Estados, e estes dependem muito mais de alianças numa configuração sistêmica multipolar do que numa configuração sistêmica bipolar (WALTZ, 1979). Com as discussões abordadas até agora, creio já ter condições de adentrar ao período que corresponde a duas obras de Waltz: sua seminal *Theory of international politics* e seu polêmico *The spread of nuclear weapons: more may be better*. Interessa-me, nestes textos, muito mais as definições que se podem dar às ideias de política e violência do que à teoria propriamente desenvolvida por Waltz.

3 Anarquia, hierarquia e violência

A esta altura, chego à incontornável referência à canônica obra de Waltz, *Theory of International Politics*. Nesta obra, o autor se propõe à proposição de elementos relacionados à construção de teorias, e, para além disso, à construção de uma teoria que explique a recorrência de determinados fenômenos na política internacional, concebida como um campo de atividades delimitado (WALTZ, 1979). A elaboração da teoria de Waltz não me preocupa diretamente aqui: ela será abordada à medida que me auxilie a explorar a temática deste texto.

O foco da teoria de Waltz é a estrutura do sistema internacional. É a definição dessa estrutura, enquanto uma abstração teórica, que constitui um dos pontos de maior contribuição do pensamento de Waltz às teorias de Relações Internacionais: a estrutura é um conceito altamente abstrato, cuja existência nos permite pensar no sistema como um todo (WALTZ, 1979). Para o autor, o ambiente doméstico e o ambiente internacional se diferenciam devido ao princípio ordenador de suas estruturas: a hierarquia, no primeiro caso; e a anarquia, no segundo. Daí deriva que sistemas de estruturas anárquicas são sistemas dotados de uma lógica de *self-help*, “cada um por si” (CARTONNET, 2011), que encoraja que as unidades não se diferenciem entre si, uma vez que são submetidas

às mesmas tarefas e apenas podem contar com suas próprias capacidades para isso (WALTZ, 1979), de modo que a interdependência nesses sistemas é relativamente mais baixa do que em ambientes hierárquicos, em que as *polities* apresentam grande dependência umas das outras devido a um centro irradiador de poder que, no limite, determina sua diferenciação funcional (WALTZ, 2008b).

Ora, mas faz alguma diferença que o sistema seja hierárquica ou anarquicamente estruturado no que diz respeito à ocorrência da violência? Diz-nos Waltz (1979, p. 103-104) que

nenhum ordenamento humano é à prova de violência. (...) Nacionalmente, bem como internacionalmente, o contato gera conflitos e às vezes deságua na violência. A diferença entre a política nacional e a política internacional não está no uso da força, mas nas diferentes formas de organização para se fazer algo a respeito disso. (...) Cidadãos não têm necessidade de se prepararem para que se defendam a si mesmos, já que órgãos públicos fazem isso. Um sistema doméstico não é um sistema de *self-help*. Mas o sistema internacional, sim.

Do exposto até o momento, parece-me mais clara a relação entre política e violência. O contato entre diferentes atores gera pontos de atrito, que são os conflitos. Virtualmente, o conflito se encontra em qualquer relação entre estes atores. Entretanto, se se recorrerá à violência visando a resolver o conflito depende de características do próprio ambiente em que os atores estão inseridos. No caso da política internacional, os conflitos podem ser resolvidos de formas menos custosas do que o recurso à violência, entretanto, por ser uma ameaça constante, e devido à inexistência de uma autoridade que venha em socorro dos Estados em perigo, todos devem estar preparados para se defender - já que, e aqui relembro o próprio Waltz, é a sobrevivência do Estado que está em jogo (WALTZ, 2001; 1979).

É aqui que se torna importante, no caso da política internacional, a questão da distribuição de poder entre as unidades do sistema. Em princípio, quando falamos de sistema internacional, estamos falando de poucos Estados que ocupam os polos da estrutura - essa é uma definição do próprio Waltz (1979), e essa restrição se dá porque a dinâmica entre os polos do sistema afeta a dinâmica do sistema como um todo (WALTZ, 2008a; 1979). A distribuição de poder entre as unidades do sistema, portanto, é o que determina a polaridade do sistema - que pode ser multipolar, tripolar, bipolar (ou

unipolar, uma situação que não é de equilíbrio, mas tão-somente uma configuração estrutural - uma concessão feita pelo autor no pós-Guerra Fria¹).

A distribuição de poder entre unidades - deve-se notar - não trata apenas do poder militar, mas também da capacidade econômica, disponibilidade de recursos, tamanho do território e da população que um Estado possui (WALTZ, 1979). Estados que estejam com uma distribuição aproximada encontram-se numa situação de balança de poder (WALTZ, 1979), sendo esta uma recorrência da política internacional. Se uma teoria, para Waltz, deve explicar determinadas recorrências (WALTZ, 1979), temos que sua teoria busca explicar, por meio de uma imagem mentalmente formada de um campo de atividade (política internacional) (WALTZ, 1979), a recorrência do balanceamento de poder: “a política de balanceamento de poder prevalece onde quer que dois, e apenas dois, requisitos sejam contemplados: que a ordem seja anárquica e povoada por unidades desejosas de sobrevivência” (WALTZ, 1979, p. 121).

Ora, se a política é luta, uma busca de equilíbrios perigosamente atingidos por meio do conflito (WALTZ, 1962), e a teoria da política internacional, para Waltz, busca explicar o porquê de determinados equilíbrios serem atingidos num ambiente anárquico, temos que a conformação de balanças de poder entre Estados é a ideia que norteia o estudo da política internacional. Domesticamente, Waltz não fornece nenhuma explicação sobre a formação destes equilíbrios - nem poderia dar, uma vez que seus esforços não se concentram no estudo da política doméstica -, mas internacionalmente este equilíbrio é obtido por meio do balanceamento do poder entre os Estados mais salientes do sistema em questão.

Ser uma unidade mais saliente em termos de poder neste sistema fornece ao Estado algumas vantagens: em primeiro lugar, dá aos Estados em questão capacidade para agir em nome do sistema, de modo a gerenciar conflitos e crises em seu interior; em segundo lugar, dá maior margem de barganha diante de Estados mais fracos acerca das negociações levadas a cabo (WALTZ, 1979, p. 194-195). Contudo, o que me parece mais importante são outras duas vantagens: a manutenção da própria autonomia diante de outros atores e maiores margens de ação nas disputas dentro do sistema (WALTZ, 1979, p. 194).

¹ Devido ao escopo do presente texto, devo me concentrar apenas em situações em que o poder está balanceado - isto é, em sistemas de estrutura multipolar e bipolar, uma vez que são as estruturas exploradas por Waltz, cujo pensamento é nosso objeto.

Essas vantagens mais salientes dialogam, em alguma medida com as formas como a violência pode ser exercida - ou evitada - internacionalmente. Consideramos como violência tanto a sua efetiva manifestação como também meios através dos quais se pode evitar que ações violentas sejam tomadas contra si. Nesse sentido, Waltz (1981) oferece uma categorização acerca das formas como a violência pode se manifestar internacionalmente.

A primeira e mais óbvia forma de manifestação da violência é o uso da força ofensivamente - ou seja, por meio do ataque, que pode buscar a conquista ou a segurança (WALTZ, 1981). Este uso pode ser preventivo, quando o ataque é feito por um Estado mais forte contra outro, mais fraco, antes que este último se torne “perturbadoramente forte” (WALTZ, 1981, p. 4); ou *preemptivo*, no caso em que se age de modo a mitigar um ataque se crê estar prestes a ser feito, sem necessariamente considerar-se a força relativa dos Estados em questão (BITTENCOURT, 2018). A força também pode ser usada positivamente através da coerção: ameaça-se recorrer à violência de modo a obrigar uma outra parte a tomar - ou deixar de tomar - determinada ação (WALTZ, 1981).

Contudo, a violência - ou, no léxico de Waltz, a sombra da violência - está presente também nas formas de se evitar que ela se manifeste. A consideração acerca do uso ofensivo da força pode ser dissuadido por meio da defesa e da deterrence². A defesa se constitui num tipo de uso da força que erija fortificações ou que se reúnam forças que pareçam intransponíveis a um potencial agressor, de modo que a mensagem de dissuasão que a defesa comunica é a de que um ataque a este ator não será eficaz devido à grande capacidade de se defender o território. Esta mensagem é diferente daquela transmitida pela dissuasão por meio da deterrence: nos termos de Waltz, a deterrence é a capacidade de punir de tal forma uma agressão que os potenciais ganhos dela advindos sejam obliterados pela punição (WALTZ, 1981). Este é o tipo de força que as armas nucleares oferecem, por exemplo, e é a base do argumento proposto por Waltz acerca das armas nucleares: elas não fornecem uma capacidade de defesa, mas de deterrence: tanto que o que detém o seu uso não é a destrutividade do primeiro ataque

² “Deterrence”, no original. O termo pode ser traduzido por “dissuasão”, mas, em se tratando do pensamento de Waltz, que às vezes usa a expressão “dissuasion by deterrence” (“dissuasão por deterrence”), o uso do termo existente em português (“deterrence”) mais próximo da grafia original inglesa nos pareceu mais viável. Por isso, por mais que o termo possa causar estranheza, foi a melhor opção para traduzir o termo. A explicação para esta nota eu já havia feito em Bittencourt (2018).

nuclear, mas a destrutividade dos ataques posteriores, que puniriam o autor do primeiro ataque (WALTZ, 1981). E isso, por sua vez, se relaciona à sobrevivência do Estado: “governantes desejam manter um país que possam governar” (WALTZ, 1981).

Portanto, parece-me que a manutenção do Estado está na base daquilo que Waltz considera como política internacional: uma luta pela manutenção do Estado que se dá através da criação recorrente de equilíbrios que auxiliem nesta manutenção. Assim, a violência - sob a forma por excelência da guerra - parece uma sombra sempre presente na política internacional, mas, sombra que é, não pode ser confundida com a política internacional. Entretanto, não se pode conceber a política internacional sem a constante consideração dessa sombra esteja posta à mesa - pois o ambiente internacional é aquele em que as ações devem ser tomadas tendo-se em mente as ações dos demais partícipes do sistema.

4 Considerações finais

Este texto, como afirmei na introdução, trata de uma primeira tentativa de compreender as ideias de política e violência no pensamento de Waltz. Em geral, a discussão acerca destes temas não levam em conta essa diferenciação, talvez em parte porque a política, em Waltz, detenha uma dimensão violenta sempre presente - mas nem sempre utilizada -, ainda que política e violência não apresentem uma identidade comum.

A partir de uma leitura mais sistemática de alguns textos da obra de Waltz, que pareciam apontar mais diretamente para a temática deste trabalho, foi possível apreender uma ideia de política que parece permear o material analisado neste texto: a ideia de política enquanto luta e busca de equilíbrios alcançados através do conflito. Estes equilíbrios, no caso da política internacional, parecem coincidir com o balanceamento de poder, uma vez que as unidades neste âmbito encontram-se num ambiente anárquico. Por isso, em grande medida, quando falamos de política internacional para Waltz estamos tratando da formação e dissolução de determinadas configurações estruturais, e de seus rearranjos. Esta mesma concepção de política não parece em desacordo com fenômenos de política doméstica, ainda que estes equilíbrios sejam alcançados por outras vias, dado que este âmbito é hierárquico.

Já a violência é uma dimensão da política sempre presente, e com potencial de se manifestar de tanto efetivamente - o uso ofensivo da força - como de maneira negativa, por meio da ameaça e da dissuasão (seja por meios defensivos ou deterrentes). A violência está presente tanto em sua manifestação como nos meios de se evitar que ela se manifeste, porque os Estados devem levar as ações dos demais em consideração para traçarem seus cursos de ação. E, ainda que política não seja violência, a política não pode desconsiderar a violência.

Esta primeira abordagem do tema abre espaço para maiores qualificações acerca da relação entre política e violência em investigações futuras. A primeira delas é o acréscimo de mais obras a essa leitura sistemática, como o livro *Foreign policy and democratic politics*, de 1967, uma vez que se trata de uma obra mais ampla e menos difundida nos estudos acerca do pensamento de Waltz. Outra seara que se apresenta é acerca da política após o fim da Guerra Fria: com o equilíbrio de poder desfeito, como conceber a busca de equilíbrios que compõem a política na ausência de um novo balanceamento? Essa é uma questão fundamental e que pode modificar a hipótese aventada ao longo deste texto, e que parece se sustentar nos textos escrutinados.

Enfim, há a possibilidade de se criticar o trabalho aqui apresentado ao se partir do que chamei livremente de “história externa” da disciplina de Relações Internacionais, mencionando o conteúdo político das ideias abordadas enquanto lances entre diferentes atores que informam e são informados por determinadas visões de mundo. Contudo, meu ponto principal é o de que o estudo dessa visão de mundo em sua dimensão interna é fundamental para que tenhamos maior substância para compreendermos como a política das ideias nas Relações Internacionais se exerce.

Referências

BITTENCOURT, Paulo Victor Zaneratto. **Revisitando a “síntese neo-neo” à luz do conceito de cooperação a partir do pensamento de Kenneth Waltz**. 2018. 393f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2018.

CARTONNET, Alexis. Structuralisme et néoréalisme dans le champ des relations internationales : le cas de Kenneth Waltz. **Astérior**, vol 9, 2011, pp. 1-13. Disponível em: <<http://asterion.revues.org/2162>>. Acesso em 20 mai. 2018.

DUNNE, Tim; HANSEN, Lene; WIGHT, Colin. "The end of International Relations Theory?". **European Journal of International Relations**, vol. 19, n. 3, 2013, pp. 405-425.

GRIFFITHS, Martin. **Fifty key thinkers in international relations**. Londres: Routledge, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

JACKSON, Patrick Thaddeus. **The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

LAKATOS, Imre. History of science and its rational reconstructions. In: WORRALL, John; CURRIE, Gregory (ed). **The methodology of scientific research programmes: philosophical papers: vol 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 102-138.

POCOCK, J. G. A. "O conceito de linguagem e o *métier d'historien*". In: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 63-82.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. "O Estado de Guerra Nascido do Estado Social". In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau e as relações internacionais**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, pp. 45-60.

WAEVER, Ole. Waltz's theory of theory. **International Relations**, vol. 23, n. 2, p. 201-222, 2009.

WALTZ, Kenneth N. "Reason, will and weapons". **Political Science Quarterly**, Vol. 74, No. 3, pp. 412-419, 1959.

_____. "Kant, liberalism, and war". **The American Political Science Review**, Vol. 56, n. 2, pp. 331-340, 1962.

_____. "The stability of a bipolar world". **Daedalus**, vol. 93, n. 3, pp. 881-909, 1964.

_____. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

_____. The Spread of Nuclear Weapons: More may be Better. **The Adelphi Papers**, vol. 21, n. 171, 1981, p. 1-32. -

_____. **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. "Conflict in world politics". In: WALTZ, Kenneth N. **Realism and international politics**. Nova York: Routledge, 2008a, pp. 19-36.

_____. "The myth of national interdependence". In: WALTZ, Kenneth N. **Realism and international politics**. Nova York: Routledge, 2008b, pp. 152-165.